

## **Em defesa da igualdade**

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sr. Presidente do Governo**

**Sras. e Srs. Membros do Governo**

O futuro do nosso país, e dos Açores em particular, não depende apenas do crescimento da economia, mas do modo como, hoje, o Estado cumpre as suas funções sociais. Se queremos garantir justiça e coesão social, então o combate às desigualdades e a defesa dos direitos sociais têm de estar no centro da estratégia política.

Este não é o modelo de governação que o PSD defende na república. Reduzindo aquilo que chama de “gorduras do Estado”, primeiro corta nas prestações sociais, particularmente, pensões, subsídios de desemprego e Rendimento Social de Inserção. Num clima de violenta austeridade, afirma não esquecer os mais fragilizados, mas transforma o Estado numa organização de beneficência, destinada a apoiar os muito pobres, e não intervém quando ainda é possível evitar a miséria.

O governo da república, liderado pelo PSD, demitiu-se da sua função social. Em poucos meses, desmantelou o estado social, apesar do ministro das finanças ter afirmado, ser um sucesso, com “muito mais benefícios do que custos”. Seria verdade, se não falhassem nos acordos de cooperação e, não estivessem a recuperar o espírito assistencialista, que restaura velhas dependências pessoais e dá espaço ao clientelismo.

Querem que os beneficiários se sintam devedores da gratidão das instituições, como se os apoios sociais que recebem, financiados com o dinheiro dos contribuintes, fossem dádivas, esmolas para pobres que merecem e não a concretização de direitos de cidadania, numa aproximação, mesmo que imperfeita, da justiça social.

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sr. Presidente do Governo**

**Sras. e Srs. Membros do Governo**

O combate às desigualdades sociais é um imperativo de cidadania, que exige a ação de todos, em especial, governos, serviços públicos, IPSS e autarquias. E cabe, particularmente ao poder local, uma intervenção de proximidade junto das famílias mais carenciadas e no apoio às instituições sem fins lucrativos.

A este propósito e, de acordo com a Associação Nacional dos Municípios, as câmaras portuguesas terão investido, nestes domínios, mais de 400 milhões de euros em 2011.

A fazer fé nos resultados referentes a 2009 (com base em dados da Direção Geral da Administração Local<sup>1</sup>), 11 dos 19 municípios dos Açores investiram dos seus orçamentos no apoio às famílias, mais do que a média nacional (4,8). De destacar a Câmara da Praia da Vitória, que ocupa a segunda posição entre os 308 municípios portugueses, com 14,3%.

Por estranho que pareça, a Câmara de Ponta Delgada ficou abaixo dos 231 municípios que investiram 3% ou mais do seu orçamento no apoio às famílias e instituições sem fins lucrativos.

É bem um exemplo da importância que a líder do PSD atribui ao apoio às famílias e o peso relativo que as políticas sociais têm no orçamento da autarquia que preside. Não bastam palavras ocas. É pelas ações que se vê a coerência do PSD, tanto na república como nos Açores.

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sr. Presidente do Governo**

**Sras. e Srs. Membros do Governo**

---

<sup>1</sup> Cit. Jornal Público, 20 Novembro 2011 (dossier autarquias).

Com os governos do Partido Socialista, a dignidade das pessoas é a pedra de toque das políticas sociais, por isso a prioridade esteve e está na defesa de um sistema de solidariedade capaz de promover a igualdade, a justiça e a coesão social.

O PS não receia dar visibilidade aos problemas, que o PSD varria para debaixo do tapete social, como acontecia com a deficiência, a toxicodependência, a violência doméstica, o abuso de menores, o repatriamento ou os sem-abrigo. Estes também são grupos-alvo do sistema de solidariedade vigente nos Açores, cumprindo objetivos que estão consagrados no programa de governo.

Se considerarmos apenas esta Legislatura, as verbas destinadas ao Programa 13, “Desenvolvimento do Sistema de solidariedade social”, somam quase 83 milhões de euros, onde se destaca o apoio às famílias (34,8 milhões).

Particularmente num ano que se avizinha de enormes dificuldades para as famílias açorianas, o Plano para 2012 reforça o Fundo de Compensação Social, assegurando o complemento regional de abono de família e uma resposta, oportuna e célere, às famílias, em situações de desemprego, sobre-endividamento ou monoparentalidade.

Não podemos eliminar as drásticas medidas nacionais mas, com este plano, o governo regional tenta minimizar o seu impacto em termos sociais, reforçando os complementos regionais do abono de família e de reforma e o salário regional e adiando, mais uma vez, a aplicação da nova tabela de comparticipações das famílias, nas creches e ATL's.

Os açorianos podem continuar a confiar no apoio do PS.

Em tempos de austeridade, é fundamental humanizar o discurso político e assegurar respostas que minimizem o impacto da crise. Infelizmente, o PSD no governo da república esquece as pessoas, como refere um conhecido cronista. E cito “Nem o ministro das Finanças, nem o ministro

da Economia são capazes de incorporar no seu discurso algo que revele qualquer preocupação social pelos efeitos das medidas que tomam. Bem pelo contrário, aparece desprezo e um certo revanchismo social, seja por ignorância do que é o País, seja por razões ideológicas”. (citei Pacheco Pereira, no seu último artigo na Revista “Sábado” de 23 Novembro 2011)

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sr. Presidente do Governo**

**Sras. e Srs. Membros do Governo**

O investimento social inscrito neste Plano não se resume ao capítulo 13, vocacionado para as áreas da solidariedade.

Há ainda que considerar os apoios à habitação, com destaque para o pagamento de rendas (no Programa “Famílias com futuro”); as respostas alternativas na educação e formação, ao nível da formação profissional (Cursos “Reativar”); a generalização dos cuidados de saúde; os incentivos à criação de emprego, através do microcrédito e do empreendedorismo; ou ainda os programas de promoção da qualificação dos trabalhadores, promovidos pela Rede Valorizar.

Infelizmente o PSD tem uma enorme dificuldade em reconhecer o impacto social de todas estas medidas estruturantes do desenvolvimento dos Açores que somos hoje.

Segundo o líder do Grupo parlamentar do PSD as políticas sociais nos Açores falharam, porque, de um lado há 18000 beneficiários do RSI, 12 mil desempregados e 30 mil famílias a viver com 540 euros e, do outro, 25 mil milhões de euros, de 15 anos de fundos estruturais que, divididos pelos atuais 245.000 residentes na Região, daria 100.000 euros a cada açoriano.

Sr. Deputado Duarte Freitas, a inteligência dos açorianos devia-lhe merecer mais consideração. Para além de fazer uma conta absurda,

porque se soma 15 anos de proveitos, então devia ter dividido, pelo menos, pela população que durante esse tempo viveu nos Açores, o PSD esqueceu-se de considerar na sua contabilidade os Açores que eramos em 1996 e o que somos hoje, passados esses 15 anos.

Desde logo, em 1996 não havia uma qualquer medida estruturada de apoio direto às pessoas mais carenciadas, que retirasse as famílias da pobreza extrema, como tem conseguido ser o Rendimento Social de Inserção (Nota: a taxa de pobreza nos Açores baixou mais de dez pontos percentuais numa década, sobretudo ao nível da pobreza extrema, como refere os estudos da Prof. Isabel Guerra). Se para o PSD uma família que beneficia do RSI é apenas um problema social, para o PS é a prova de como a sociedade pode e deve redistribuir a riqueza por aqueles que mais precisam, assumindo esse apoio como um compromisso de mudança e um investimento na promoção social.

O PSD que clama por uma “autonomia de resultados” devia considerar os resultados que foram concretizados no domínio das políticas sociais.

Destaco a Rede integrada de apoio às vítimas de violência doméstica, que antes de 1996 ficavam na sombra, sujeitas ao tabu da família como domínio privado, incapazes de denunciar os agressores, na maioria dos casos maridos ou pais.

Outro resultado é a Rede regional de instituições de apoio às pessoas com deficiência, os Centros de Atividades Ocupacionais, e a criação de transportes adaptados a pessoas com necessidades especiais. Se recuarmos quinze anos, não faltam exemplos de famílias que sentiam vergonha ou até consideravam a deficiência como um castigo que escondiam do olhar dos outros.

Relembro, ainda, que não havia respostas para a toxicod dependência e que, apesar do alcoolismo ser reconhecido como problema e ser também uma dependência, não existia nenhum centro de alcoologia.

Se hoje ainda faltam lugares em creches e ATL's, mas partimos de um número mais do que insuficiente e, sobretudo, de uma visão doméstica das mulheres/mães. É bom lembrar que em 1995, enquanto a taxa de atividade feminina no continente já ultrapassava os 40%, nos Açores ficava-se pelos 27,5%. Só agora, passados esses quinze anos, onde teimam em não ver resultados, os Açores atingem 40% na taxa de atividade feminina, com destaque para os grupos etários entre os 25 e os 44 anos que quase atinge os 80%. De referir ainda que, atualmente, 62% dos ativos com o ensino secundário ou superior são mulheres.

Não existia uma rede de amas, certificada e devidamente acompanhada, porque esse era um negócio privado, não regulamentado, a quem os pais confiavam crianças, nem sempre olhando às condições dessa guarda.

De recordar, ainda, o acolhimento de crianças ou de idosos, que hoje vivem em pequenos lares, que era feito em instituições massificadas onde dificilmente se proporcionava um ambiente de família.

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sr. Presidente do Governo**

**Sras. e Srs. Membros do Governo**

Senhores deputados do PSD, as evidências desmentem a vossa demagogia, e este orçamento é mais um exemplo do enorme investimento estrutural, feito nestes últimos quinze anos.

Entre 1996 e 2010, a região passou de um total de 239 equipamentos, nas diversas áreas de intervenção, para um total de 686, o que em termos de utentes significa um aumento de 230%, abrangendo atualmente 27.603 açorianos e açorianas. Destaque-se o domínio da deficiência ou incapacidade, onde se passou de 95 utentes em 1996, para 1017 em 2010.

Os números e, sobretudo, o testemunho vivido dos açorianos desmentem a visão catastrofista dos partidos que, no governo da república ou na oposição nos Açores, clamam do aumento da pobreza, mas não são capazes de reconhecer o direito à autonomia e a cidadania dos que beneficiam dos apoios do estado.

2012 será um ano difícil para todos e muitos mais sentirão dificuldades em cumprir com os seus compromissos, face ao corte de rendimentos e ao agravamento do custo de vida.

O Governo dos Açores, consciente dos cenários menos favoráveis que se avizinham, assume com este Plano e Orçamento a sustentabilidade da rede regional de equipamentos sociais, que corresponde a 240 acordos de cooperação estabelecidos com IPSS de todas as ilhas. É evidente que, ao fazê-lo confia que também o Governo da República honrará os seus compromissos com a Região, na adequada transferência de verbas da Segurança social.

Combater as desigualdades sociais não é só um capítulo do programa de governo. É a defesa de um princípio fundador da democracia. Por isso, os Governos do Partido Socialista investiram desde a primeira hora no alargamento e na melhoria da qualidade das respostas sociais.

Termino, com a convicção de que para podermos continuar a construir o futuro dos Açores, com confiança, é preciso acreditarmos no presente. E nesse sentido, o Plano e Orçamento para 2012, em termos do “Desenvolvimento do Sistema de solidariedade social”, dá garantias que, mais uma vez, o Partido Socialista no governo está preparado para continuar a apoiar as famílias e a defender os direitos sociais de todos os açorianos.

Horta, sala das sessões, 29 de Novembro de 2011